

O Copo Vazio: Alinhamento Estrutural e o Desempenho da Oposição Política em Itaparica (BA) nas eleições 2024

Jorge Antonio da Paz Ribeiro¹

Rodolpho Raphael de Oliveira Santos²

Resumo

O artigo analisa o desempenho da oposição nas eleições municipais de 2024 em Itaparica (BA), pequeno município marcado pela dependência política do governo estadual. A pesquisa utilizou metodologia mista, análise temática de *reels* no Instagram, e documental do programa de governo e comparação eleitoral (2012–2024). Os resultados evidenciam uma comunicação digital centrada em críticas à gestão e apelos à participação, mas que se mostrou ineficaz. A oposição obteve apenas 31,5% dos votos para prefeito e não conquistou cadeiras no legislativo, em um colapso total frente a 2020, quando havia vencido a prefeitura e alcançado quatro vagas. Os achados indicam que, no contexto analisado, a estratégia digital da oposição operou sob severas restrições estruturais, especialmente o alinhamento do grupo governista ao governo estadual, o que limita as possibilidades de conversão da comunicação digital em capital eleitoral.

257

Palavras-chave: Pequenos Municípios; Eleições 2024; Comunicação Eleitoral; Mídias Sociais; Oposição Política.

Abstract

This article analyzes the performance of the opposition in the 2024 municipal elections in Itaparica (BA), a small municipality marked by political dependence on the state government. The research used a mixed methodology, thematic analysis of Instagram reels, and documentary analysis of the government program and electoral comparison

¹ Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (2022). Atualmente é pesquisador-membro da Universidade Federal da Bahia e mestrando em ciência política (ProgressistasGCP) da Universidade Federal da Bahia. Membro do Núcleo de Pesquisa e Estudos Legislativos da Escola do Legislativo da Paraíba – ELEGIS – PB. Email: antoniojorge127@gmail.com

² Mestre em Computação, Comunicação e Artes com linha de Pesquisa em Mídias em Ambientes Digitais pela Universidade Federal da Paraíba, UFPB, João Pessoa. Pós-Graduado em Administração Pública pela Faculdade Alfa do Brasil; Mídias Digitais, Comunicação e Mercado pelo Centro de Educação Superior Reinaldo Ramos, CESREI, Didática no Ensino Superior (FMU – Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas); ABA – Análise do Comportamento Aplicada pela Faculdade Conexão, Belo Horizonte; Bacharel em Comunicação Social (Universidade Estadual da Paraíba, UEPB); Bacharel e Licenciado em Filosofia; Bacharel em Administração pela FAMAR; Bacharel em Teologia e Licenciado em História pela Uninter Centro Universitário. Coordenador do Núcleo de Pesquisa e Estudos Legislativos da Escola do Legislativo da Paraíba – ELEGIS – PB. E-mail: rprofessorpb@gmail.com

(2012–2024). The results show a digital communication focused on criticism of the administration and appeals for participation, but which proved ineffective. The opposition obtained only 31.5% of the votes for mayor and did not win any seats in the legislature, in a total collapse compared to 2020, when it had won the mayoralty and achieved four seats. The findings indicate that, in the analyzed context, the opposition's digital strategy operated under severe structural constraints, especially the alignment of the governing group with the state government, which limits the possibilities of converting digital communication into electoral capital.

Keywords: Small Municipalities; 2024 Elections; Electoral Communication; Social Media; Political Opposition.

Introdução

A literatura da ciência política brasileira ainda apresenta lacunas consideráveis no que se refere ao estudo das eleições municipais em cidades de pequeno porte. Tradicionalmente, a produção acadêmica tem privilegiado a análise de capitais e grandes centros urbanos, em razão de sua visibilidade política e de sua maior densidade institucional. Entretanto, como apontam Lavareda e Telles (2016), embora os municípios mantenham conexões com as dinâmicas estaduais e nacionais, apresentam especificidades socioculturais e institucionais que impedem generalizações ou equivalências lineares com a política nacional. Assim, a compreensão da política local demanda uma abordagem própria, que reconheça os diferentes arranjos históricos e culturais presentes no interior do país e seus efeitos sobre o processo democrático.

O município, nesse sentido, não pode ser reduzido a uma instância meramente administrativa da federação, mas deve ser analisado como espaço de reprodução e transformação da cultura política brasileira. Relações clientelistas, práticas patrimonialistas, a centralidade de lideranças com vínculos oligárquico-familiares e a persistência de traços provincianos moldam, até hoje, o comportamento político e administrativo em diversas localidades. Tais elementos, entretanto, coexistem com inovações trazidas pelo fortalecimento institucional pós-1988 e pela crescente digitalização da comunicação política, em um cenário que combina modernização democrática com práticas políticas arcaicas. Nesse sentido, o processo eleitoral em pequenos municípios constitui uma arena privilegiada para a análise das tensões entre tradição e modernidade, entre estruturas históricas de dominação e novas formas de mobilização política.

Essa ambivalência foi antecipada por Leal (1948) em sua obra clássica *Coronelismo, enxada e voto*, ao analisar a transição do Império para a República, Leal demonstrou como a política municipal foi estruturada pelo controle exercido por líderes locais (os “coronéis”) sobre comunidades socialmente dependentes e economicamente vulneráveis. Essa herança política não desapareceu com a redemocratização e com os avanços da Constituição de 1988, mas se reconfigurou, combinando-se com novas dinâmicas de representação.

Como observa Andrade (2007), o município pode ser compreendido como um microcosmo das contradições da democracia brasileira: ao mesmo tempo em que reproduz práticas tradicionais de poder, também se constitui em espaço estratégico para o exercício da cidadania e para a consolidação do regime representativo.

Nas últimas décadas, a incorporação das redes sociais ao processo eleitoral adicionou uma nova dimensão a esse cenário. A comunicação política, antes concentrada em veículos tradicionais e no contato corpo a corpo, passou a depender também das plataformas digitais, que intensificam a personalização das campanhas e ampliam o alcance de narrativas políticas (Braga; Carlomagno, 2018).

Em municípios menores, essa transformação tem possibilitado que candidaturas com menos recursos tradicionais disputem espaços na esfera pública digital, ainda que, na maioria dos casos, prevaleçam estratégias de mobilização restritas, voltadas à “convertidos” e pouco orientadas ao debate programático (Silva; Queiroz; Dantas, 2025). Esse fenômeno recoloca a necessidade de compreender como a cultura política local, marcada pelo personalismo e pela baixa confiança nas instituições, se articula às novas formas de comunicação eleitoral, particularmente em cenários de disputa entre situação e oposição.

Diante desse contexto, o presente artigo tem como objetivo analisar o desempenho político e eleitoral das forças de oposição nas eleições municipais de 2024 em Itaparica (BA). A escolha do município se justifica por sua relevância como caso representativo de cidades de pequeno porte, cuja dinâmica política local está fortemente condicionada pela relação de dependência em relação ao governo estadual. A questão central que orienta a investigação é: Por que as estratégias de comunicação

digital da oposição se mostraram ineficazes para se converter em capital eleitoral em Itaparica (BA) em 2024? Este artigo avalia em que medida a narrativa oposicionista nas redes sociais foi incapaz de superar as estruturas de poder tradicionais, notadamente o forte alinhamento da situação com o governo estadual, levando ao colapso de sua representação política.

1. Referencial Teórico: Estruturas de Dependência, Cultura Política e os Desafios da Oposição Digital

O ponto de partida desta análise é o reconhecimento de que a dinâmica política local é um eixo fundamental, mas subexplorado, na ciência política brasileira. A literatura ainda apresenta lacunas consideráveis no estudo de eleições em cidades de pequeno porte, privilegiando capitais e grandes centros urbanos. Como apontam Lavareda e Telles (2016), os municípios, embora conectados às dinâmicas estaduais e nacionais, apresentam especificidades que impedem generalizações lineares.

Historicamente, o poder municipal foi o alicerce e, simultaneamente, o elo mais frágil da federação. Revisitando a obra clássica de Leal (2012 [1948]), Andrade (2007) demonstra que o município foi subjugado em um arranjo que articula o poder privado dos "coronéis" à legitimação das oligarquias estaduais e do governo central. Essa herança de dependência estrutural e práticas clientelistas, mesmo reconfiguradas, persiste.

Apesar das transformações da Constituição de 1988, que conferiu *status* de ente federativo ao município, a realidade de grande parte das cidades pequenas é de forte dependência de transferências intergovernamentais. Tal cenário alimenta práticas de "governismo", nas quais prefeitos buscam alinhamento com governos estaduais como estratégia pragmática de sobrevivência administrativa. Esse fenômeno é exacerbado pelo que Abrucio (1994) caracterizou como "federalismo estadualista", onde os governadores se fortalecem como "barões da federação". Em seus estados, exercem um "ultrapresidencialismo", usando o controle sobre recursos e a máquina pública como instrumento de barganha política, o que repercute diretamente na autonomia municipal.

É nesse contexto de dependência estrutural que se molda a cultura política local. O conceito, consolidado por Almond e Verba (1963) e definido por Sani (1998) como o conjunto de atitudes e crenças em relação à política, é fundamental para entender o comportamento do eleitor. Conforme Borba (2005), o eleitor brasileiro, em um cenário de descrédito nas instituições e fragilidade partidária, tende ao personalismo. A escolha é baseada em atributos individuais dos candidatos (competência, honestidade, proximidade) em detrimento de programas partidários.

A incorporação das tecnologias digitais nas últimas décadas adicionou uma nova dimensão a esse cenário. A comunicação política, antes concentrada em mídias tradicionais e no corpo a corpo, passou a depender de plataformas digitais que intensificam a personalização das campanhas. Como apontam Braga e Carlomagno (2018), o advento das redes sociais privilegiou conexões diretas, reforçando o uso de conteúdos emocionais e visuais em detrimento de discussões programáticas. As redes sociais atuam, assim, como catalisadoras do personalismo já existente na cultura política local.

261

Em municípios menores, esse fenômeno é particular. Silva, Queiroz e Dantas (2025) demonstram que, nessas cidades, o uso de plataformas como o Instagram ainda é de baixa sofisticação, funcionando mais como uma "vitrine" para práticas tradicionais de campanha (visitas, corpo a corpo) do que como espaço de criação estratégica de conteúdo digital. A predominância, como apontam Braga e Carlomagno (2018), é da "pregação para convertidos", com mobilização restrita e pouco orientada ao debate programático.

É precisamente nesse complexo cenário de dependência estrutural, cultura personalista e digitalização de baixa sofisticação que atua a oposição política. Este ator, frequentemente subexplorado na agenda da ciência política (Helms, 2022; Peres; Bezerra, 2020), é, contudo, um elemento constitutivo essencial da democracia. A oposição desempenha a função decisiva de institucionalizar o conflito político, e seu desempenho funciona como um indicador da vitalidade democrática (Przeworski, 2021; Dahl, 2005). Para ser eficaz, Zucchini (1998) aponta que a oposição parlamentar

necessita de atributos como coesão, distinção em relação ao governo e estratégias definidas.

Este artigo, portanto, se situa na intersecção dessas literaturas. Analisamos como um grupo de oposição, considerado um ator subexplorado (Peres; Bezerra, 2020) e cujo desempenho é um indicador da vitalidade democrática (Przeworski, 2021), utiliza as ferramentas de comunicação digital. Estas, por sua vez, são apontadas pela literatura como catalisadoras do personalismo (Braga; Carlomagno, 2018) e ainda de baixa sofisticação em pequenos municípios (Silva; Queiroz; Dantas, 2025). O desafio desse grupo é competir em um cenário marcado, primeiro, pela dependência estrutural e pelo "governismo" (Andrade, 2007), onde os "barões da federação" (Abrucio, 1994) condicionam o jogo político; e segundo, por uma cultura política personalista (Borba, 2005), que privilegia imagens individuais sobre o debate programático.

2. Metodologia

A pesquisa adota um desenho de métodos mistos de tipo convergente, no qual dados qualitativos e quantitativos são coletados e analisados de forma paralela e posteriormente integrados na interpretação dos resultados. Os dados qualitativos (análise temática dos *reels* no Instagram e análise documental do programa de governo) e os dados quantitativos (resultados eleitorais oficiais de 2020 e 2024) são articulados de modo complementar, permitindo relacionar padrões narrativos da comunicação política com o desempenho eleitoral observado, sem pressupor relações causais diretas entre as dimensões analisadas. A integração entre os resultados qualitativos e quantitativos ocorre na seção de Resultados da Análise, onde os padrões narrativos identificados na comunicação digital são interpretados à luz do desempenho eleitoral observado nos pleitos de 2020 e 2024.

Para o tratamento e a interpretação dos dados, foram mobilizadas três técnicas principais: análise temática, análise documental e análise comparativa. A análise temática foi empregada para examinar a comunicação digital da candidatura, a análise documental incidiu sobre o programa de governo, e a análise comparativa foi utilizada para contrastar o desempenho eleitoral da oposição em diferentes ciclos eleitorais.

3. Protocolo de análise temática

A análise temática seguiu um protocolo explícito e replicável, inspirado nas sistematizações propostas por Drummond, Costa e Gonçalves (2024), estruturado em seis etapas sucessivas. Primeiramente, procedeu-se à definição do corpus, a partir de critérios objetivos de inclusão: autoria oficial da candidatura e publicação no período eleitoral. Em seguida, realizou-se a leitura exploratória integral dos materiais audiovisuais, com o objetivo de familiarização com o conteúdo e identificação preliminar de padrões discursivos.

Na terceira etapa, foi conduzida uma codificação inicial aberta, com registro dos temas recorrentes presentes nos vídeos, sem categorias prévias rígidas. Posteriormente, os códigos identificados foram consolidados em eixos temáticos mutuamente excludentes, de modo a evitar sobreposição interpretativa e garantir coerência analítica. A quinta etapa consistiu na revisão dos códigos à luz do referencial teórico, assegurando aderência conceitual às categorias mobilizadas na literatura sobre comunicação política, oposição e cultura política local. Por fim, realizou-se uma validação interna, por meio da re Checagem integral dos vídeos após a categorização final.

263

Ambiguidades de classificação foram resolvidas com base na prevalência do tema dominante no conteúdo audiovisual, considerando simultaneamente imagem, fala e elementos sonoros, o que permitiu reduzir arbitrariedades interpretativas e reforçar a confiabilidade do procedimento analítico.

Se faz ressaltar que a codificação temática foi realizada por um pesquisador, com base em um codebook analítico previamente definido, e submetida a um procedimento de auditoria interna, consistindo na re Checagem integral dos vídeos após a categorização final e na revisão cruzada das categorias à luz do referencial teórico. Casos ambíguos foram resolvidos por decisão analítica fundamentada na prevalência do tema dominante no conteúdo audiovisual, considerando simultaneamente imagem, fala e elementos sonoros. Embora não tenha sido empregada dupla codificação com cálculo estatístico de concordância, o procedimento adotado buscou maximizar a consistência interna e a rastreabilidade do processo analítico

4. Análise documental e comparativa

Este estudo não incorpora métricas algorítmicas de desempenho das plataformas digitais, tais como alcance, retenção, taxa de engajamento ou impulsionamento de conteúdo, o que impede inferências diretas sobre a eficácia comunicacional em termos técnicos ou algorítmicos. A análise concentra-se, portanto, na estrutura narrativa e temática da comunicação política, permitindo avaliar a coerência estratégica do discurso oposicionista e sua capacidade de articulação política no contexto local analisado.

Essa delimitação metodológica é coerente com o objetivo do artigo, que não consiste em mensurar performance digital em sentido estrito, mas em compreender os limites analíticos da comunicação política digital enquanto recurso de mobilização eleitoral, quando submetida a condicionantes estruturais e institucionais específicos de municípios de pequeno porte.

A análise documental (Cellard, 2012) foi aplicada ao programa de governo da candidatura de oposição registrado no TSE. O procedimento analítico desenvolveu-se em duas etapas complementares: uma etapa preliminar, dedicada à identificação da natureza, autoria, contexto de produção e finalidade política do documento; e uma etapa interpretativa, de caráter indutivo-dedutivo, voltada à análise de sua lógica interna, do conteúdo explícito e das omissões relevantes. Essa abordagem permitiu compreender o enquadramento programático e a estratégia discursiva que orientaram a comunicação da campanha.

A análise comparativa incidiu sobre os resultados eleitorais para os cargos do Executivo e do Legislativo municipais, contrastando o desempenho da oposição nos pleitos de 2020 e 2024. O objetivo foi examinar não apenas a variação quantitativa dos votos obtidos, mas também a relação entre mudanças no desempenho eleitoral e fatores estruturais do contexto político local e estadual, como o alinhamento governista e a reorganização das forças partidárias.

5. Delimitação do estudo de caso

Este estudo adota a estratégia de estudo de caso aprofundado, com foco intencional nas estratégias e no desempenho eleitoral do grupo de oposição em

Itaparica (BA). O corpus de análise concentra-se nos 36 vídeos em formato *reels* publicados no Instagram oficial da candidatura cujo recorte temporal, compreende o período oficial de campanha eleitoral, de 06 de agosto de 2024 (início das atividades públicas da candidatura nas redes sociais) a 04 de outubro de 2024, data do último conteúdo publicado antes do pleito. A referência a 06 de outubro nos gráficos corresponde à janela técnica de observação final, sem inclusão de novos materiais após o encerramento da campanha.

6. O Cenário Político De Itaparica (BA)

Itaparica localiza-se na Ilha de Itaparica, na Baía de Todos-os-Santos, litoral do estado da Bahia, integrando a Região Metropolitana de Salvador. Segundo o Censo Demográfico de 2022 do IBGE, o município possui população inferior a 25 mil habitantes e área territorial aproximada de 115 km², configurando-se como município de pequeno porte segundo as classificações populacionais do instituto. A limitada capacidade arrecadatória e a elevada dependência de transferências intergovernamentais condicionam a governabilidade local e reforçam a centralidade do alinhamento político com o governo estadual.

O contexto político de Itaparica (BA) reflete a reprodução de dinâmicas características dos municípios brasileiros de pequeno porte, definidos pelo IBGE como municípios de pequeno porte (até 20 mil habitantes) ou de pequeno-médio porte (20.001 a 50 mil)”, segundo faixas populacionais utilizadas em classificações demográficas. Nesse cenário, observa-se um padrão de dependência estrutural em relação ao governo estadual: a cada ciclo eleitoral, forças locais de situação e oposição tendem a se alinhar em função do quadro político estadual, uma vez que o município não dispõe de condições políticas nem econômicas para sustentar uma trajetória independente. Essa condição de fragilidade federativa reforça o alinhamento automático com as lideranças estaduais, reproduzindo a lógica de subordinação presente nas relações entre União, Estados e Municípios.

Quanto ao perfil do eleitorado, dados do TSE indicam crescimento gradual de 15.576 eleitores em 2012 para 19.807 em 2024, consolidando um incremento demográfico relevante para o cenário político local. Em 2024, a maioria do eleitorado é

composta por mulheres (53%), com faixa etária diversificada entre 21 e 74 anos, destacando-se os grupos de 25–29, 40–44, 45–49, 50–54 e 55–59 anos. O nível de escolaridade distribui-se entre ensino médio completo (31,8%), fundamental incompleto (25,24%) e médio incompleto (20,26%). Em termos raciais, predomina a população parda (54,36%) e negra (38,85%), configurando um eleitorado plural em termos sociais e culturais.

A análise histórica dos pleitos desde 2010, contemplando eleições para governador, deputado federal e estadual e senador, confirma a tendência de alinhamento político de Itaparica com os resultados do estado. Os padrões de votação revelam sistematicamente a prevalência de candidaturas vinculadas ao grupo governista estadual e federal, reforçando o diagnóstico de dependência política do município e a baixa autonomia de suas forças locais no tabuleiro eleitoral.

Tabela 1 – Eleição para Governador da Bahia em Itaparica (2010-2022)

ANO	ELEITORADO APTO	CANDIDATO (URNA)	VOTAÇÃO NOMINAL	PARTIDO
2010	14.725	Jaques Wagner (reeleito)	7.579 (75,17%)	PT
		Paulo Souto	1.386 (13,75%)	DEM
		Geddel Vieira Lima	698 (6,92%)	PMDB
2014	16.380	Rui Costa (eleito)	6.376 (60,31%)	PT
		Paulo Souto	3.263 (31,81%)	DEM
		Lídice da Mata	669 (6,33%)	PSB
2018	16.590	Rui Costa (reeleito)	10.096 (86,45%)	PT
		Zé Ronaldo	1.385 (11,86%)	DEM
		Marcos Mendes	88 (0,75%)	PSOL
2022	18.318	Jerônimo Rodrigues (eleito)	7.007 (50,79%)	PT
		ACM Neto	5.956 (43,18%)	UNIÃO
		João Roma	771 (5,59%)	PL

Fonte: elaborado pelos autores (2025)

No cenário estadual, observa-se a predominância política do Partido dos Trabalhadores (PT), apoiado por partidos de sua coalizão, como PSD¹, PSB² e AVANTE. Em contrapartida, a oposição, liderada pelo União Brasil (antigo DEM³) e apoiada por legendas como Republicanos, setores do Progressistas (antigo Progressistas⁴) e MDB⁵, enfrenta dificuldades para alcançar competitividade eleitoral consistente, tanto no estado quanto nos municípios.

Ainda assim, nas eleições de 2022 registrou-se um desempenho mais expressivo: Leur Lomanto Jr. foi eleito deputado federal, Luciano Simões conquistou vaga na Assembleia Legislativa, e ACM Neto obteve votação significativa para o governo estadual, considerada pela crônica política baiana o melhor resultado da oposição desde 2006. Esse quadro, embora marcado por avanços pontuais, evidencia uma correlação de forças amplamente favorável à base governista, que repercute também na dinâmica local de municípios como Itaparica, ainda que com variações de um pleito para outro. No plano municipal, a distribuição entre situação e oposição reflete, em grande medida, essa lógica estadual, mas com especificidades próprias.

267

Tabela 2 – Eleição para Deputado Federal da Bahia em Itaparica (2014-2022) (mais votados)

ANO	ELEITORADO APTO	CANDIDATO (URNA)	VOTAÇÃO NOMINAL	PARTIDO
2014	16.380	Bebeto	2.150	PSB
		Félix Mendonça Jr.	878	PDT
		Tia Eron	874	PRB
2018	16.590	Antonio Brito	1.266	PSD
		Pastor Sargento Isidório	1.045	AVANTE
		Josias Gomes	940	PT

¹ Partido Social Democrático (PSD).

² Partido Socialista Brasileiro (PSB).

³ Democratas (DEM), antigo Partido da Frente Liberal (PFL).

⁴ Partido Progressista (PP).

⁵ Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

2022	18.318	Leur Lomanto Jr.	2.687	UNIÃO
		Antonio Brito	1.528	PSD
		Rogéria Santos	529	REPUBLICANOS

Fonte: elaborado pelos autores (2025)

As forças governistas contam com o suporte político de deputados estaduais e federais aliados, o que lhes garante maior densidade eleitoral e melhores condições de competitividade. Já a oposição apresenta fragilidade organizacional, com dispersão partidária e baixa presença social, fatores que comprometem sua capacidade de disputar de forma equilibrada.

Tabela 3– Eleição para Deputado Estadual da Bahia em Itaparica (2014-2022) (mais votados)

ANO	ELEITORADO APTO	CANDIDATO (URNA)	VOTAÇÃO NOMINAL	PARTIDO
2014	16.380	Rogério Andrade	2.422	PSD
		Leur Lomanto Jr.	1.037	PMDB
		Alan Castro	570	PTN
2018	16.590	Fabíola Mansur	1.783	PSB
		Rogério Andrade Filho	1.179	PSD
		Roberto Carlos	939	PDT
2022	18.318	Roberto Carlos	1.504	PV
		Matheus De Geraldo Junior	1.408	MDB
		Luciano Simões	1.250	UNIÃO

Fonte: elaborado pelos autores (2025)

É importante destacar, contudo, que esse padrão não é imutável: em determinadas eleições, processos de realinhamento alteram a configuração política local. Exemplo disso ocorreu em 2020, quando o candidato vencedor pertencia à oposição ao governo estadual, mas, já no primeiro ano de mandato (2021), alinhou-se à coalizão governista, reforçando novamente o vínculo estrutural entre política municipal e estadual.

Tabela 4– Eleição para Senador da Bahia em Itaparica (2014-2022)

ANO	ELEITORADO APTO	CANDIDATO (URNA)	VOTAÇÃO NOMINAL	PARTIDO
2014	16.380	Otto Alencar (eleito)	6.312 (65,39%)	PSD
		Geddel Vieira Lima	2.563 (26,55%)	PMDB
		Eliana Calmon	688 (7,13%)	PSB
2018	16.590	Jaques Wagner (eleito)	8.249 (40,57%)	PT
		Ângelo Coronel (eleito)	7.522 (36,99%)	PSD
		Irmão Lázaro	2.641 (12,10%)	PSC
2022	18.318	Otto Alencar (eleito)	8.325 (67,99%)	PSD
		Cacá Leão	2.510 (20,50%)	Progressistas
		Raíssa Soares	1.240 (10,13%)	PL

Fonte: elaborado pelos autores (2025)

269

Em conjunto, os dados das Tabelas 1 a 4, que cobrem o desempenho eleitoral para cargos estaduais e federais em Itaparica, confirmam empiricamente a tese da dependência estrutural. O eleitorado local demonstra um alinhamento sistemático com as forças governistas estaduais, notadamente o PT e seus aliados como o PSD e o PSB. É essa força do "governismo" (Andrade, 2007) e do "federalismo estadualista" (Abrucio, 1994) que define o cenário de fundo onde a disputa municipal, que analisaremos a seguir, ocorre.

A análise do panorama eleitoral de Itaparica para o Executivo, no período 2012–2024, evidencia a predominância de partidos-satélites da coalizão estadual, especialmente PSB e PSD. No pleito de 2024, ambos estiveram novamente coligados — o PSD na cabeça de chapa e o PSB na vice-prefeitura, reproduzindo a mesma configuração já observada em 2012.

O Partido dos Trabalhadores (PT), apesar de liderar a coalizão governista em âmbito estadual, adotou estratégias distintas no município: em 2016, apoiou o PDT; em 2020, respaldou a candidatura que havia migrado do PDT para o PSB, sem sucesso

eleitoral. Em 2024, contudo, registrou-se um conflito entre a direção municipal e a executiva estadual, com o diretório local recusando apoio à candidatura do PSD à reeleição, apesar do alinhamento estadual entre as duas legendas. Esse desencontro revela tensões internas e a fragilidade da articulação partidária em nível local.

Após 2016, o PDT¹ perdeu densidade política em razão de disputas internas e de sua dificuldade de manter alianças competitivas. Já o PTB², embora tenha alcançado a vitória em 2020, em oposição ao governo estadual, enfraqueceu-se com a migração do prefeito eleito para o PSD no ano seguinte, alinhando-se à base governista. Esse movimento reforça a dificuldade histórica da oposição em consolidar-se de forma duradoura no município.

Tabela 5 – Resultados das eleições para prefeito em Itaparica (2012–2024)

Partido	2012	2016	2020	2024
PSD	5.408	707	1.425	10.536
PSB	–	8.808	5.833	–
PTB	–	3.273	6.482	–
PDT	5.000	–	–	93
PT	1.835	–	–	–
Progressistas	–	–	–	4.889

Fonte: elaborado pelos autores (2025)

Desse modo, a disputa pelo cargo de prefeito em Itaparica tem sido marcada, em grande medida, por rearranjos entre partidos aliados ao governo estadual, com PSB e PSD assumindo protagonismo. A única exceção relevante foi o desempenho expressivo do PTB entre 2016 e 2020, insuficiente, entretanto, para romper de forma consistente a hegemonia da coalizão governista, que segue condicionando o jogo político local.

A Tabela 6 apresenta os principais partidos que disputam cadeiras no legislativo de Itaparica entre 2012 e 2024, destacando legendas que participaram em pelo menos

¹ Partido Democrático Trabalhista (PDT).

² Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), hoje extinto.

três dos quatro pleitos. Observa-se que o quadro multipartidário local foi mais diversificado em 2012 e 2016, quando mais de vinte partidos registraram candidaturas, enquanto em 2020 e 2024 o número reduziu-se para nove e dez, respectivamente. Essa diminuição decorre das transformações recentes no sistema partidário brasileiro, especialmente a extinção das coligações proporcionais, a aplicação da cláusula de barreira e os processos de fusão entre partidos. Quanto ao volume de candidaturas, houve variações moderadas: 140 em 2012, 106 em 2016, 132 em 2020 e 123 em 2024.

Nesse cenário, verifica-se uma predominância significativa de partidos ligados à coalizão governista estadual, como PSD, PSB, Solidariedade, MDB e Progressistas. Ressalte-se que, nos últimos anos, o Progressistas sofreu divisões internas, com uma ala minoritária alinhando-se à oposição estadual, o que também se refletiu no município. Em contraste, os partidos de oposição, em particular o União Brasil, têm enfrentado severas dificuldades para competir eleitoralmente, tanto na eleição de vereadores quanto na manutenção de presença política ativa no município.

271

Tabela 6 – Votação para vereador em Itaparica (BA), 2012–2024 (principais partidos)

Partido	2012	2016	2020	2024	Total
PSD	✓	✓	✓	✓	7.025
PTB	✓	✓	✓	–	5.834
PSB	✓	✓	✓	✓	5.817
Solidariedade	–	✓	✓	✓	3.809
Progressistas	✓	✓	✓	✓	3.337
MDB	✓	✓	✓	✓	3.169
PT	✓	✓	✓	✓	3.146
Republicanos	✓	✓	✓	–	2.647
PSDB	✓	✓	–	✓	2.582

União Brasil	✓	✓	✓	✓	1.748
PCdoB	✓	✓	✓	–	1.490

Fonte: elaborado pelos autores (2025)

Durante o processo eleitoral de 2024, as forças opositoras tentaram se reorganizar em torno de duas candidaturas ao Executivo: uma pelo Progressistas (Progressistas) e outra pelo PDT. Contudo, a candidatura do partido não teve expressão política, não lançou candidatos ao legislativo e tampouco realizou campanha consistente nas redes sociais, o que inviabilizou sua inclusão na análise. Assim, a candidatura do Progressistas foi a que concentrou maior relevância, tanto por sua articulação local e estadual quanto pela densidade eleitoral de seus quadros.

A chapa de oposição foi definida em convenção realizada em agosto de 2024, reunindo União Brasil e Progressistas na coligação “União Para Cuidar Da Nossa Gente”. Foram registradas 24 candidaturas, duas para o Executivo e vinte e duas para a Câmara Municipal, frente a um total de 97 candidaturas da base governista, composta pelo grupo político do prefeito Zezinho Oliveira (PSD). A coligação opositora apresentou Raimundo Pereira (Progressistas) como candidato a prefeito e Caio Reis (União Brasil) como candidato a vice.

272

Raimundo, professor com longa trajetória na educação, já havia exercido a secretaria municipal em Itaparica (2012–2016; 2021–2022), além de ocupar cargos na cidade vizinha de Vera Cruz e de ter sido eleito vice-prefeito em 2020, ao lado do atual prefeito, com quem rompeu politicamente em 2022. Já Caio Reis, enfermeiro atuante na rede municipal de saúde, estreou na política eleitoral, embora oriundo de uma família de destaque político na cidade. A candidatura também contou com o apoio de lideranças locais, como Edvaldo Negão, ex-presidente municipal do PT, que rompeu com a executiva estadual ao recusar apoio à reeleição do atual prefeito, em um movimento inédito, já que o partido não lançou candidatos próprios em 2024.

7. Resultados da Análise

Os resultados da pesquisa foram organizados em dois eixos analíticos: (a) a comunicação política da candidatura de oposição nas redes sociais, em especial no

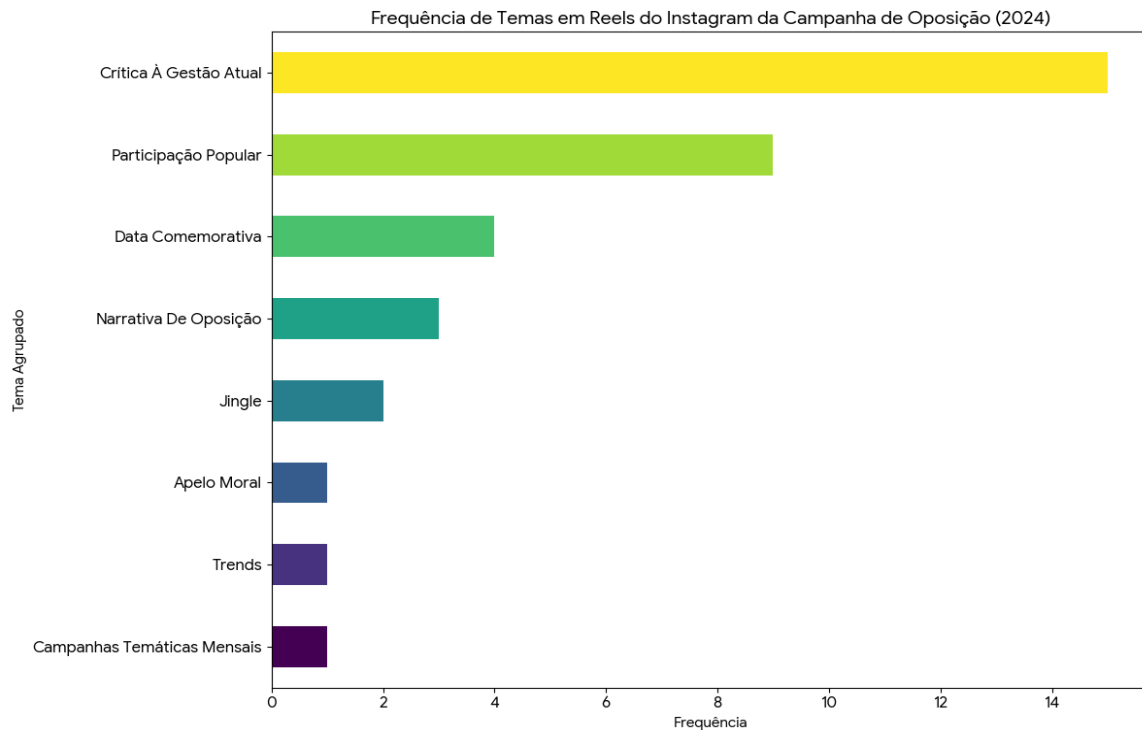
Instagram, a partir da relação com o programa de governo; e (b) o desempenho eleitoral da chapa oposicionista nos pleitos para Executivo e Legislativo municipais. A análise foi estruturada em duas etapas: inicialmente, o exame qualitativo dos dados, realizado por meio da análise temática e documental; em seguida, a interpretação quantitativa, com base na análise comparativa dos resultados eleitorais.

No que se refere à comunicação digital, foram examinados 36 vídeos no formato *reels* publicados no Instagram oficial da candidatura, organizados cronologicamente e analisados segundo os procedimentos da análise temática. A centralidade desse formato justifica-se por sua ampla circulação, alto engajamento e capacidade de visibilidade na plataforma, configurando-o como o principal vetor de difusão da campanha no ambiente digital. Após a catalogação inicial, os vídeos foram codificados e agrupados em temas representativos da estratégia comunicacional da oposição.

A categorização resultou nos seguintes eixos temáticos: (A) crítica à gestão (ataques diretos ou indiretos à administração vigente, com foco em falhas administrativas não criminais); (B) participação popular (ações de escuta e engajamento da militância e eleitores); (C) datas comemorativas (alusões a feriados e eventos locais); (D) jingles e músicas de campanha; (E) narrativa oposicionista (apelo à mudança e à construção de alternativa política); (F) campanhas temáticas mensais (ex.: Agosto Lilás, Setembro Amarelo); (G) uso de *trends* e tendências em alta nas redes sociais; e (H) apelos morais e éticos, com ênfase em valores religiosos ou comunitários. A frequência desses temas evidencia os pilares narrativos da campanha, que orientaram tanto a comunicação digital quanto o posicionamento da chapa oposicionista no pleito.

O Gráfico 01 evidencia os principais temas mobilizados pela candidatura de oposição no Instagram, a partir da análise temática dos 36 *reels* publicados durante a campanha. Destaca-se a predominância da categoria “crítica à gestão”, presente em 15 vídeos, o que confirma o lugar central das falhas atribuídas à administração vigente como eixo narrativo estruturante da estratégia comunicacional. Em seguida, observa-se a relevância do tema “participação popular”, identificado em 9 publicações, associado tanto à busca por engajamento da militância quanto à incorporação de contribuições da sociedade civil na elaboração do Plano de Governo.

Gráfico 1 – Análise de frequência dos temas principais



274

Fonte: Elaboração própria, 2025

O Gráfico 02, por sua vez, apresenta a distribuição temporal dos temas entre 06 de agosto e 06 de outubro de 2024, no formato de linha do tempo (*scatter plot*). A visualização revela a constância das críticas à gestão ao longo de todo o período eleitoral e a estabilidade relativa da participação popular como recurso narrativo, indicando que ambos constituíram os pilares da comunicação oposicionista no ambiente digital.

Gráfico 2 – Distribuição dos temas ao longo do período eleitoral (*timeline*)

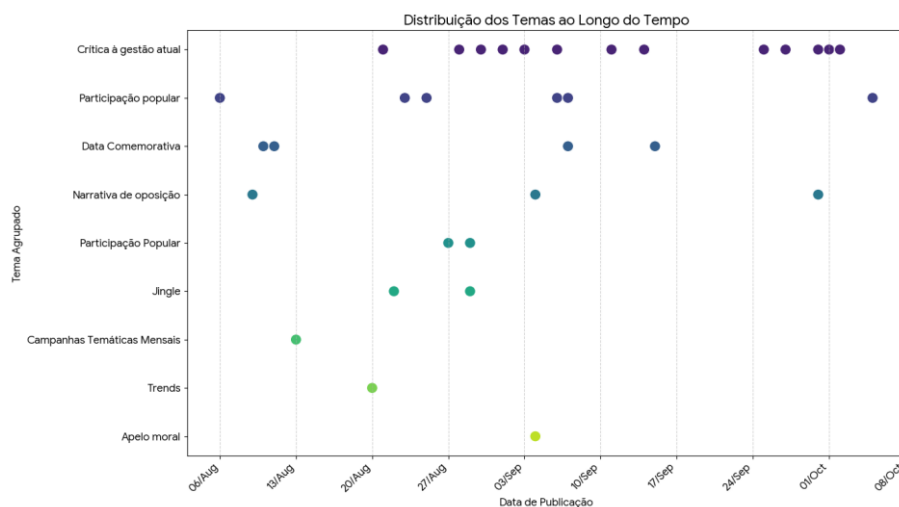
Fonte: Elaboração própria, 2025. - (Janela técnica de observação até 06/10/2024; sem inclusão de novos conteúdos)

O Gráfico 2 apresenta a distribuição temporal dos temas mobilizados durante a campanha digital. Observa-se que a crítica à gestão foi o eixo predominante, presente em quase metade dos *reels* analisados e constante ao longo do período eleitoral, configurando-se como o principal pilar da comunicação oposicionista. O segundo tema de maior relevância foi a participação popular, utilizado de forma estável para estimular engajamento e legitimar a construção participativa do programa de governo.

O plano de governo da oposição, registrado no TSE, reforçou esses dois eixos discursivos. Elaborado de forma coletiva e participativa, o documento foi estruturado em torno de dois níveis: governança administrativa (modernização da máquina pública, valorização do funcionalismo e centralização de serviços) e políticas setoriais (educação, saúde, assistência social, entre outras). Sua linguagem, marcada por verbos como “reestruturar” e “requalificar”, buscou transmitir uma narrativa de reconstrução frente ao suposto abandono da gestão vigente, funcionando como guia estratégico da campanha.

275

A avaliação da comunicação digital da candidatura de oposição baseia-se na



análise da estrutura narrativa e temática dos conteúdos publicados, e não em métricas

algorítmicas de desempenho, como alcance, visualizações, retenção, engajamento ou impulsionamento. A ausência desses indicadores impede inferências diretas sobre eficácia comunicacional em termos técnicos ou algorítmicos.

A inferência analítica proposta neste estudo apoia-se, portanto, em uma triangulação qualitativa e contextual, que articula: (i) a recorrência e a estabilidade dos eixos temáticos identificados na comunicação digital; (ii) o conteúdo programático formalizado no plano de governo registrado no TSE; e (iii) os resultados eleitorais efetivamente observados no pleito de 2024, em comparação com o desempenho da oposição em 2020.

Nesse sentido, a noção de “ineficácia” da estratégia digital não se refere à performance algorítmica dos conteúdos, mas à incapacidade da narrativa mobilizada de se traduzir em competitividade eleitoral, quando considerada em conjunto com os condicionantes estruturais do contexto político local. Trata-se, portanto, de uma inferência analítica situada, e não de uma afirmação causal forte sobre os efeitos diretos da comunicação digital no comportamento do eleitorado.

276

Os resultados eleitorais, entretanto, revelaram a fragilidade da oposição. Raimundo Pereira (Progressistas) obteve 4.889 votos (31,5%), contra 10.536 (67,9%) do prefeito reeleito Zezinho Oliveira (PSD), sendo derrotado em todas as urnas. No legislativo, nenhuma das 22 candidaturas oposicionistas conquistou assento, enquanto a base governista ocupou as 11 vagas da Câmara. Em contraste, nas eleições de 2020 a oposição havia vencido o Executivo e conquistado quatro cadeiras, evidenciando que 2024 representou um dos piores desempenhos recentes do grupo oposicionista, marcado pela desarticulação política e pela incapacidade de competir com a situação.

Considerações Finais

Os resultados da pesquisa evidenciam que a oposição em Itaparica (BA), nas eleições municipais de 2024, apresentou um desempenho eleitoral que culminou em um colapso representativo da oposição no plano institucional e eleitoral. A derrota expressiva na disputa majoritária (31,5% dos votos) e, principalmente, o fato de não ter conquistado nenhuma das onze vagas ao legislativo municipal, contrastando com o

pleito de 2020 quando o grupo havia vencido o Executivo e conquistado quatro cadeiras na câmara municipal, não podem ser interpretadas como preservação de capital político.

Pelo contrário, os dados indicam os limites e a baixa capacidade da estratégia opositora de se converter em competitividade eleitoral no contexto analisado. A análise da sua comunicação digital (Seção 5) revelou uma narrativa focada em 'Crítica à Gestão' e 'Participação Popular', que se mostrou totalmente insuficiente para competir com a força da máquina administrativa e o peso do alinhamento da situação ao governo estadual (descrito na Seção 4). Além disso, a pouca experiência de boa parte dos candidatos, somada à ausência de mobilização política consistente antes do período eleitoral, apenas reforça a conclusão de que uma narrativa digital, por si só, foi incapaz de romper as lógicas estruturais de dependência política.

No cenário municipal mais amplo, o pleito de 2024 marcou um fato inédito: a primeira reeleição de prefeito na história política local, acompanhada de um domínio absoluto da situação tanto no Executivo quanto no Legislativo. Esse resultado reflete não apenas a força organizativa do grupo governista, mas também a influência determinante da coalizão estadual, que condiciona a dinâmica política nos municípios de pequeno porte.

277

Dessa forma, constata-se que, em realidades locais menores, a ausência de uma oposição ativa e estruturada compromete a pluralidade democrática e fortalece práticas de dependência política em relação ao governo estadual. O caso de Itaparica (BA) ilustra, assim, a vulnerabilidade da democracia municipal diante da fragilidade opositora e o risco da consolidação de um quadro de dominância política sem contrapontos institucionais eficazes.

Referências

ABRUCIO, Fernando Luiz. **Os barões da federação**. Lua Nova, São Paulo, n. 33, p. 165-183, 1994.

ANDRADE, Luiz Aureliano Gama de. **O município na política brasileira: revisitando Coronelismo, enxada e voto**. In: AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antonio Octavio (Org.). *Sistema político brasileiro: uma introdução*. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp; Fundação Konrad Adenauer, 2007.

BORBA, Julian. **Cultura política, ideologia e comportamento eleitoral**: alguns apontamentos teóricos sobre o caso brasileiro. *Opinião Pública*, Campinas, v. 11, n. 1, p. 147-168, mar. 2005.

BRAGA, Sérgio; CARLOMAGNO, Márcio. **Eleições como de costume? Uma análise longitudinal das mudanças provocadas nas campanhas eleitorais brasileiras pelas tecnologias digitais (1998-2016)**. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 26, p. 7-62, maio/ago. 2018.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean et al. (Org.). **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2012. p. 295-316.

DAHL, Robert A. **Poliarquia: participação e oposição**. São Paulo: Edusp, 2005.

DRUMMOND, Daniela; COSTA, Paulo Roberto Neves; GONÇALVES, Júlia. Análise temática em ciência política. In: SAMPAIO, Rafael Cardoso; PAULA, Carolina de (Orgs.). **Manual de introdução às técnicas de pesquisa qualitativa em Ciência Política**. Brasília: ENAP, 2024. p. 223-254.

HELMS, Ludger. **Political Oppositions in Democratic and Authoritarian Regimes: A State-of-the-Field(s) Review**. *Government and Opposition*, Cambridge, v. 57, n. 3, p. 391-414, 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Itaparica (BA): panorama municipal. **Censo Demográfico 2022**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 15 set. 2025.

LAVAREDA, Antonio; TELLES, Helcimara. **A lógica das eleições municipais**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2016.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil. 7. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

PERES, Paulo Sérgio; BEZERRA, Gabriela Maria Lima. **Oposição parlamentar**: conceito e funções. *Lua Nova*, São Paulo, n. 110, p. 247-298, maio/ago. 2020.

PRZEWORSKI, Adam. **Por que eleições importam**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2021.

SANI, Giacomo. Cultura política. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (Orgs.). **Dicionário de política**. 11. ed. Brasília: Editora UnB, 1998. p. 306-308.

SARTORI, Giovanni. **Teoria democrática**. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1962.

SILVA, Joscimar Souza; QUEIROZ, Mariana de Paula; DANTAS, Mariana de Sousa. **Transformação digital e eleições em pequenos municípios (da campanha corpo a corpo ao Instagram)**. *Espaço & Geografia*, Brasília, v. 28, p. 62-97, 2025.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE). **Estatísticas do eleitorado. Eleições: estatísticas de eleitorado**. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-de-eleitorado/eleitorado>. Acesso em: 20 out. 2025.

ZUCCHINI, Giampaolo. Oposição. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (Orgs.). **Dicionário de política**. 11. ed. Brasília: Editora UnB, 1998. p. 846-851.

APÊNDICE

279

Tabela 07. Quadro Sintético do Corpus

ID	Período de publicação	Tema codificado	Descrição sintética do conteúdo
R01	Agosto/2024	Crítica à gestão	Vídeo com crítica à administração municipal e serviços públicos
R02	Agosto/2024	Participação popular	Reunião com moradores e escuta comunitária
R03	Agosto/2024	Narrativa oposicionista	Apelo à mudança e construção de alternativa política
R04	Agosto/2024	Campanha temática	Referência a campanha social (ex.: Agosto Lilás)
R05	Agosto/2024	Participação popular	Atividade de campanha em bairro urbano
R06	Agosto/2024	Crítica à gestão	Denúncia de falhas administrativas não criminais
R07	Agosto/2024	Datas comemorativas	Mensagem alusiva a data local/comemorativa
R08	Agosto/2024	Jingle/música	Conteúdo musical de campanha

R09	Agosto/2024	Narrativa opositora	Discurso sobre futuro e reconstrução do município
R10	Agosto/2024	Apelo moral/ético	Mensagem com valores religiosos e comunitários
R11	Setembro/2024	Crítica à gestão	Comparação entre gestão atual e proposta opositora
R12	Setembro/2024	Participação popular	Caminhada e contato corpo a corpo
R13	Setembro/2024	Uso de trends	Adaptação de tendência popular da plataforma
R14	Setembro/2024	Crítica à gestão	Questionamento de prioridades administrativas
R15	Setembro/2024	Narrativa opositora	Vídeo institucional de campanha
R16	Setembro/2024	Campanha temática	Referência ao Setembro Amarelo
R17	Setembro/2024	Participação popular	Encontro com lideranças comunitárias
R18	Setembro/2024	Crítica à gestão	Denúncia de abandono de equipamentos públicos
R19	Setembro/2024	Jingle/música	Música temática da campanha
R20	Setembro/2024	Datas comemorativas	Mensagem alusiva a evento local
R21	Setembro/2024	Apelo moral/ético	Mensagem de cunho religioso
R22	Setembro/2024	Narrativa opositora	Defesa do programa de governo
R23	Setembro/2024	Participação popular	Mobilização de apoiadores
R24	Setembro/2024	Crítica à gestão	Comparação indireta com administrações anteriores
R25	Setembro/2024	Uso de trends	Conteúdo adaptado a formato viral
R26	Setembro/2024	Narrativa opositora	Apelo à renovação política
R27	Outubro/2024	Crítica à gestão	Reforço final das críticas administrativas
R28	Outubro/2024	Participação popular	Atividade final de campanha
R29	Outubro/2024	Narrativa opositora	Mensagem de encerramento

R30	Outubro/2024	Apelo moral/ético	Chamado à responsabilidade coletiva
R31	Outubro/2024	Crítica à gestão	Síntese das falhas apontadas
R32	Outubro/2024	Participação popular	Agradecimento a apoiadores
R33	Outubro/2024	Jingle/música	Conteúdo musical final
R34	Outubro/2024	Datas comemorativas	Mensagem alusiva ao período eleitoral
R35	Outubro/2024	Narrativa opositorista	Apelo ao voto
R36	05/10/2024	Narrativa opositorista	Última publicação antes do pleito

Fonte: elaborado pelos autores (2025)